

— DIÁRIO — **OFICIAL**



Prefeitura Municipal
de
Cipó



ÍNDICE DO DIÁRIO

DEMONSTRATIVO

DEMONSTRATIVO
DEMONSTRATIVO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO

DECRETO

DECRETO

OUTROS

REGIMENTO INTERNO



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 3

DEMONSTRATIVO



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RFP - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c")														RS 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEBREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.838.955,23	2.218.357,13	1.852.244,94	248.358,84	3.866.357,21	2.159.513,79	2.318.352,46	2.335.657,94	1.777.726,39	1.899.137,79	2.838.808,64	2.290.806,64	24.844.276,19	0,00	
Pessoal Ativo	1.838.955,23	2.218.357,13	1.852.244,94	248.358,84	3.866.357,21	2.159.513,79	2.318.352,46	2.335.657,94	1.777.726,39	1.899.137,79	2.838.808,64	2.290.806,64	24.844.276,19	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.734.674,54	2.118.198,32	1.742.202,83	134.497,96	3.745.140,36	2.033.563,81	2.178.878,80	2.180.863,56	1.777.726,39	1.591.906,32	1.801.776,80	2.039.582,66	23.079.012,35	0,00	
Obrigações Patronais	104.280,69	100.158,81	110.042,11	113.860,08	121.216,85	125.949,98	139.473,66	154.794,38	0,00	272.191,46	184.951,84	189.615,98	1.616.335,84	0,00	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (I 1º do art. 18 do LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.048,00	52.080,00	61.608,00	148.728,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (I 1º do art. 19 do LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Instituições de Previdência com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.838.955,23	2.218.357,13	1.852.244,94	248.358,84	3.866.357,21	2.159.513,79	2.318.352,46	2.335.657,94	1.777.726,39	1.899.137,79	2.838.808,64	2.290.806,64	24.844.276,19	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR														% SOBRE A RCL AJUSTADA
(I) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, do CF) (V)	47.484.351,26														-
(I) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, do CF) (VI)	0,00														-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	47.484.351,26														-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + II + III B)	24.844.276,19														52,32
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 do LRF)	25.641.549,68														54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 do LRF)	24.359.472,30														51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 do LRF)	23.077.394,71														48,60

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF: 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária de Fazenda
CPF: 193.870.835-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Contador(a)
Reg. Prof.: 036858/O-9

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Versão eletrônica disponível em: <http://doem.org.br/ba/cipo>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Cipó

Edição 1.176 | Ano 10
28 de maio de 2021
Página 4



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 1º QUADRIMESTRE 2021

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.946.313,06	27.491.832,98	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	27.946.313,06	27.491.832,98	-	-	-
Empenhamentos	-	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-	-
Restituição da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-	-
Pactuação e Renegociação de dívidas	26.857.896,67	26.485.728,78	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	25.936.685,25	25.671.382,95	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	923.205,42	814.345,83	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratual	1.088.422,39	1.006.104,20	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa ¹	-	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.756.431,17	3.366.455,68	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	6.191.678,20	5.699.041,01	-	-	-
Demais Recursos Financeiros	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	27.946.313,06	27.491.832,98	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	46.154.982,82	47.484.351,26	-	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	46.154.982,82	47.484.351,26	-	-	-
% do DC sobre a RCL AJUSTADA (VII)	60,55	57,90	-	-	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (VIII)	60,55	57,90	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	55.385.982,98	56.981.221,51	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 39 da LRF) - 100%	49.847.384,09	51.283.099,36	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC:	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONTRATAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	-	-	-	-	-
RP NÃO PROCESSADOS	3.407.343,37	3.407.343,37	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-	-	-

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF: 444.309.469-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretaria de Fazenda
CPF: 189.870.835-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Contador(a)
Reg. Prof.: 036655/O-8



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 5



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGUANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 1º QUADRIMESTRE 2021

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOB ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOB MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	46.154.985,82	47.484.351,24	-	-
Ex Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (VIII) = (VI - VII)	46.154.985,82	47.484.351,24	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (VIII) (VIII)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 25%	10.154.996,88	10.446.557,28	-	-
LIMITE DE ALERTA (metade III do § 1º do art. 29 da LRF) - 10%	5.154.996,88	5.401.903,25	-	-
CONTRAGUANTIAS RECEBIDAS				
CONTRAGUANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGUANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEIO DAS CONTRAGUANTIAS	0,00	0,00	0,00	0,00

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF: 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária de Fazenda
CPF: 193.676.935-60

ADRIANO WILSON DA SILVA
Controlador
Reg. Prof.: 036855-0-0



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 6



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 1º QUADRIMESTRE 2021

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Emprestimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ⁹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Emprestimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ⁹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.484.351,26	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	0,00%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	47.484.351,26	0,00%
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - IIa - IIIa)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.597.496,20	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%">	6.837.746,58	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.323.904,59	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA		
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGETS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

JOSE MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF : 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária da Fazenda
CPF : 193.870.835-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Contador(a)
Reg. Prof.: 036855/G-9

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Versão eletrônica disponível em: <http://doem.org.br/ba/cipo>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 1º QUADRIMESTRE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida		R\$ 47.484.351,26	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		R\$ 47.484.351,26	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		R\$ 47.484.351,26	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		24.844.276,19	52,32
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		25.641.549,68	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		24.359.472,20	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=>		23.077.394,71	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		27.491.832,98	57,90
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		56.981.221,51	120,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		10.446.557,28	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		7.597.496,20	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		3.323.904,59	7,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF : 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária da Fazenda
CPF : 193.870.835-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Contador(a)
Reg. Prof.: 036855/O-9



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 8

DEMONSTRATIVO



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2º BIMESTRE 2021

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre	% (d/total d)		
			(b)	(b/total b)			(d)	(d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.000.000,00	48.000.000,00	7.031.405,45	21.757.374,67	100,00	26.242.625,33	8.897.595,36	14.875.151,36	100,00	33.124.848,64	0,00
LEGISLATIVA	1.920.000,00	1.920.000,00	1.920.000,00	1.920.000,00	7,95	191.137,90	309.581,39	565.862,94	3,80	1.354.137,06	0,00
Ação Legislativa	1.920.000,00	1.920.000,00	1.920.000,00	1.920.000,00	7,95	191.137,90	309.581,39	565.862,94	3,80	1.354.137,06	0,00
ADMINISTRAÇÃO	6.272.000,00	5.986.420,00	847.516,35	2.634.517,38	12,11	3.345.902,62	1.090.390,08	1.792.590,05	12,05	4.187.821,95	0,00
Administração Geral	4.601.000,00	4.424.420,00	503.991,27	1.844.847,12	8,48	2.579.572,88	723.291,68	1.213.120,85	8,16	3.211.299,15	0,00
Administração Financeira	1.671.000,00	1.566.000,00	343.525,08	789.670,26	3,63	766.329,74	367.101,40	579.477,20	3,90	976.522,80	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	395.000,00	395.000,00	-	200.000,00	0,92	195.000,00	115.822,50	168.399,75	1,13	226.600,25	0,00
Policimento	395.000,00	395.000,00	-	200.000,00	0,92	195.000,00	115.822,50	168.399,75	1,13	226.600,25	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.264.000,00	2.270.000,00	309.978,65	645.715,76	2,97	1.624.284,24	284.483,39	377.966,95	2,54	1.892.033,05	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	205.000,00	215.000,00	5.796,03	54.819,85	0,25	160.180,15	29.551,42	41.239,11	0,28	173.760,89	0,00
Assistência Comunitária	2.059.000,00	2.055.000,00	304.182,62	590.895,91	2,72	1.464.104,09	254.931,97	336.727,84	2,26	1.718.272,16	0,00
SAÚDE	10.133.000,00	10.133.000,00	2.135.970,03	4.915.244,06	22,59	5.217.755,94	2.028.331,70	3.228.331,98	21,70	6.904.668,02	0,00
Administração Geral	3.000,00	3.000,00	-	-	0,00	3.000,00	-	-	0,00	3.000,00	0,00
Atenção Básica	5.025.000,00	4.880.000,00	1.200.553,59	2.451.985,28	11,27	2.428.014,72	1.021.351,89	1.570.256,23	10,56	3.309.743,77	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.418.000,00	4.563.000,00	870.416,44	2.219.758,78	10,20	2.343.241,22	920.355,15	1.464.368,77	9,84	3.098.631,23	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	226.000,00	226.000,00	-	45.000,00	0,21	181.000,00	4.785,00	40.620,00	0,27	185.380,00	0,00
Vigilância Sanitária	461.000,00	461.000,00	65.000,00	195.500,00	0,91	262.500,00	81.859,66	153.092,98	1,03	307.807,02	0,00
TRABALHO	703.000,00	686.998,14	89.415,16	235.570,16	1,08	451.427,98	109.689,37	162.403,77	1,09	524.594,37	0,00
Administração Geral	655.000,00	640.998,14	89.415,16	235.570,16	1,08	405.427,98	109.689,37	162.403,77	1,09	478.594,37	0,00
Empregabilidade	21.000,00	21.000,00	-	-	0,00	21.000,00	-	-	0,00	21.000,00	0,00
Fomento ao Trabalho	27.000,00	25.000,00	-	-	0,00	25.000,00	-	-	0,00	25.000,00	0,00
EDUCAÇÃO	19.542.000,00	19.542.000,00	1.382.756,67	7.082.237,37	32,55	12.459.762,63	3.465.182,84	5.863.778,57	39,42	13.678.229,43	0,00
Educação Fundamental	16.800.000,00	16.800.000,00	629.543,55	6.040.830,27	27,80	10.767.169,73	2.886.391,91	5.220.002,29	35,09	11.615.997,71	0,00
Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	1.000,00	13.000,00	0,06	107.000,00	1.125,75	8.776,40	0,06	111.223,51	0,00
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	-	-	0,00	20.000,00	-	-	0,00	20.000,00	0,00
Educação Básica	2.600.000,00	2.566.000,00	752.209,12	1.020.407,10	4,69	1.545.592,90	577.665,18	634.991,79	4,27	1.931.008,21	0,00
CULTURA	446.000,00	126.000,00	10.000,00	33.300,00	0,15	92.700,00	6.600,00	13.200,00	0,09	112.800,00	0,00
Difusão Cultural	446.000,00	126.000,00	10.000,00	33.300,00	0,15	92.700,00	6.600,00	13.200,00	0,09	112.800,00	0,00
URBANISMO	4.322.000,00	4.950.261,86	1.849.617,44	3.330.729,65	15,31	1.619.832,21	1.193.034,08	2.056.916,14	13,83	2.895.645,72	0,00
Infra-Estrutura Urbana	4.226.000,00	4.894.561,86	1.849.617,44	3.330.729,65	15,31	1.553.832,21	1.193.034,08	2.056.916,14	13,83	2.827.645,72	0,00
Saneamento Básico Urbano	66.000,00	66.000,00	-	-	0,00	66.000,00	-	-	0,00	66.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	-	-	0,00	10.000,00	-	-	0,00	10.000,00	0,00
Controle Ambiental	10.000,00	10.000,00	-	-	0,00	10.000,00	-	-	0,00	10.000,00	0,00
AGRICULTURA	40.000,00	54.020,00	14.020,00	19.827,92	0,09	34.192,08	14.020,00	19.827,92	0,13	34.192,08	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	40.000,00	54.020,00	14.020,00	19.827,92	0,09	34.192,08	14.020,00	19.827,92	0,13	34.192,08	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	81.000,00	80.000,00	-	-	0,00	80.000,00	-	-	0,00	80.000,00	0,00
Turismo	81.000,00	80.000,00	-	-	0,00	80.000,00	-	-	0,00	80.000,00	0,00

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Versão eletrônica disponível em: <http://doem.org.br/ba/cipo>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 9

DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	-	-	0,00	25.000,00	-	-	0,00	25.000,00	0,00
Desporto Comunitário	25.000,00	25.000,00	-	-	0,00	25.000,00	-	-	0,00	25.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.797.000,00	1.777.000,00	316.880,20	931.370,27	4,28	845.629,73	280.457,01	625.907,29	4,21	1.151.092,71	0,00
Outros Encargos Especiais	1.797.000,00	1.777.000,00	316.880,20	931.370,27	4,28	845.629,73	280.457,01	625.907,29	4,21	1.151.092,71	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	-	-	0,00	50.000,00	-	-	0,00	50.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	48.000.000,00	48.000.000,00	7.031.405,45	21.757.374,67	100,00	26.242.625,33	8.897.595,36	14.875.151,36	100,00	33.124.848,64	0,00

JOSÉ MARGUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF: 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária da Fazenda
CPF: 119.670.635-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Controlador(a)
Reg. Prof.: 036856/O-9



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 10



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (11) TÍTULOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA 2021
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.381.011,13	3.995.651,89	4.952.897,83	4.538.753,88	4.052.720,65	3.867.647,40	4.167.034,23	5.255.997,45	4.265.455,68	5.015.028,42	4.142.129,03	4.264.762,11	51.899.048,91	52.187.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	135.446,85	141.666,27	206.540,43	111.955,59	189.176,06	217.916,14	190.010,20	256.560,01	148.589,86	160.735,39	241.701,97	205.976,77	2.183.897,25	1.689.000,00
ITPU	7.640,03	13.033,39	14.971,03	13.962,48	19.274,77	36.865,86	29.620,30	22.860,15	21.264,01	12.980,13	16.321,62	15.351,00	232.251,12	245.000,00
ISS	61.809,82	47.734,58	83.335,68	57.750,00	51.028,62	68.841,20	60.192,89	52.945,51	25.844,32	38.105,59	52.199,40	53.832,21	653.627,82	572.000,00
ITBI	2.700,00	10.079,60	11.885,98	2.920,59	300,00	8.054,72	3.021,03	14.539,35	13.200,00	12.346,23	10.200,00	7.800,00	98.047,40	48.000,00
IRRF	56.767,75	64.430,57	85.866,94	28.120,46	94.516,08	91.762,63	91.580,92	157.618,26	68.916,03	58.100,48	15.547,49	92.101,88	907.836,70	660.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.320,35	4.587,63	10.387,90	9.183,06	4.056,59	12.445,73	5.579,16	8.587,74	19.365,50	39.193,64	147.031,26	36.421,63	301.162,21	164.000,00
Contribuições	4.031,90	3.624,58	3.325,50	2.677,16	2.486,99	2.520,74	2.445,55	-	1.970,90	3.110,64	3.734,26	4.367,08	34.205,23	1.800,00
Receita Patrimonial	4.031,90	3.624,58	3.325,50	2.677,16	2.486,99	2.520,74	2.445,55	-	1.970,90	3.110,64	3.734,26	4.367,08	34.205,23	83.000,00
Resultados de Aplicação Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	3.241.361,97	3.842.076,74	4.742.833,49	4.423.902,35	3.880.907,28	3.643.890,94	3.974.576,68	4.999.287,63	4.111.726,92	4.846.666,03	3.904.082,61	4.054.497,45	49.665.827,29	50.303.000,00
Transferências Correntes	1.386.721,08	1.129.020,36	1.946.775,90	1.236.638,97	996.123,58	1.340.380,24	1.776.572,49	2.649.006,82	1.935.290,93	2.536.675,73	1.700.280,46	1.777.514,28	20.411.000,94	22.500.000,00
Cota-Parte do FPM	167.095,46	201.094,40	176.010,82	214.777,14	245.856,70	233.225,63	243.182,35	373.197,71	197.085,63	251.570,64	289.250,51	212.342,29	2.804.689,28	3.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	32.075,08	56.150,59	56.055,62	59.071,31	46.658,59	43.256,07	17.494,38	24.325,09	19.879,16	28.649,78	27.752,56	20.805,20	432.188,00	400.000,00
Cota-Parte do IPTU	-	49,99	7,36	8,00	119,00	513,37	107,53	327,60	63,14	16,07	58,58	89,28	1.339,92	5.000,00
Cota-Parte do ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00
Transferência da LC 87/1996	1.301,36	1.170,50	1.465,97	1.625,90	1.999,41	2.185,71	2.395,02	2.519,87	1.772,94	1.772,94	2.105,20	2.111,42	22.671,64	30.000,00
Transferência da LC 84/1995	940.128,56	898.117,57	1.011.784,20	1.034.513,58	1.093.539,31	1.132.617,68	1.244.402,91	1.381.537,45	1.507.520,85	1.510.576,78	1.299.041,66	1.370.052,38	11.431.832,93	16.000.000,00
Outras Transferências Correntes	714.058,53	1.556.475,53	1.550.243,72	1.878.267,45	1.496.500,29	891.729,64	690.422,00	568.372,49	449.713,84	517.204,11	585.593,64	603.682,44	11.562.164,58	8.025.000,00
Outras Receitas Correntes	150,41	6.262,30	120,41	217,90	590,43	3.252,58	-	120,41	3.174,00	4.516,63	7.289,93	390,82	13.029,14	92.000,00
DEDUÇÕES (II)	317.178,61	277.262,88	278.145,81	301.899,05	257.791,47	323.471,41	407.471,23	451.972,91	436.463,67	563.422,32	403.468,26	402.150,13	4.414.697,65	5.089.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	317.178,61	277.262,88	278.145,81	301.899,05	257.791,47	323.471,41	407.471,23	451.972,91	436.463,67	563.422,32	403.468,26	402.150,13	4.414.697,65	5.089.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.063.832,52	3.718.389,01	4.674.752,02	4.236.854,13	3.794.929,18	3.544.175,99	3.759.563,00	4.804.024,54	3.828.992,01	4.451.606,10	3.738.666,77	3.862.611,99	47.484.351,26	47.098.000,00
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (V) = (III - IV)	3.063.832,52	3.718.389,01	4.674.752,02	4.236.854,13	3.794.929,18	3.544.175,99	3.759.563,00	4.804.024,54	3.828.992,01	4.451.606,10	3.738.666,77	3.862.611,99	47.484.351,26	47.098.000,00
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 10, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.063.832,52	3.718.389,01	4.674.752,02	4.236.854,13	3.794.929,18	3.544.175,99	3.759.563,00	4.804.024,54	3.828.992,01	4.451.606,10	3.738.666,77	3.862.611,99	47.484.351,26	47.098.000,00

JOSE MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF nº 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária de Finanças
CPF nº 193.070.635-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Controlador
Reg. Prof.: 0368550-0

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Versão eletrônica disponível em: <http://doem.org.br/ba/cipo>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 11

MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2º BIMESTRE 2021

Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)							
RECEITAS CORRENTES (I) Receita de Contribuições dos Segurados Alíquota Instituto Pensionista Receita de Contribuições Patronais Alíquota Instituto Pensionista Receita Patrimonial Receita Imobiliária Receita de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Outras Receitas Correntes Compensação Financeira entre os regimes Receita de Aportes Periodicos para Amortização de Déficit Atrelado do RPPS (II) RECEITAS DE CAPITAL (II) Alíquota de Renda, Direitos e Aíguas Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital			NÃO SE APLICA AO MUNICÍPIO				
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (I) + (II) - (a) - (b)							
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)		
					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)		
Benefícios Aposentadorias Pensões por Morte Outras Despesas Previdenciárias Compensação Financeira entre os regimes Demais Despesas Previdenciárias							
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (I)							
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) - (IV) - (V)							
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR							
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR							
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		APORTES REALIZADOS					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aportes Periodicos de Valores Produtivos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Dívida Financeira							
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)		SALDO ATUAL					
Casa e Equipamentos da Casa Investimentos e Adquisições Outros Bens e Direitos							
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
RECEITAS CORRENTES (VII) Receita de Contribuições dos Segurados Alíquota Instituto Pensionista Múltiplo Alíquota Instituto Pensionista Receita de Contribuições Patronais Alíquota Instituto Pensionista Múltiplo Alíquota Instituto Pensionista Receita Patrimonial Receita Imobiliária Receita de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Outras Receitas Correntes Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (VIII) Alíquota de Renda, Direitos e Aíguas Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital							
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) - (VII) - (VIII)							
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)		
					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)		
Benefícios Aposentadorias Pensões por Morte Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária entre os regimes Demais Despesas Previdenciárias							
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)							
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) - (IX) - (X)							
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS		APORTES REALIZADOS					
Recursos para Cobertura de Benefícios Financeiros Recursos para Formação de Reserva							



ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		
	(a)		Até o Bimestre		
			(b)		
Receitas Correntes					
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XI)					
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	No Exercício
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
Despesas Correntes (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
Despesas de Capital (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XI) - (XV)					

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		
	(a)		Até o Bimestre		
			(b)		
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVI)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	No Exercício
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII) = (XVI) - (XVII)					

JOSÉ ALVARO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Finanças
CPF: 000.000.000-00

TEREZA CRISTINA MACIEL DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração
CPF: 000.000.000-00

ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento
CPF: 000.000.000-00



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 13



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS E NOMINAIS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2º BIMESTRE 2021

RREO - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso II)		ABRIL DA LÊXIA				Até o Bimestre 2021	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISTO ATUALIZADO	RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS CORRENTES (I)		47.090.000,00	15.897.876,87				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.899.000,00	786.423,79				
IPTU		240.000,00	60.922,84				
ITR		572.000,00	189.981,32				
ITBI		60.000,00	43.636,21				
REIT		600.000,00	231.066,89				
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		140.000,00	242.016,53				
Contribuições		1.000,00	-				
Resultado Patrimonial		83.000,00	13.162,29				
Aplicação Financeira (II)		83.000,00	13.162,29				
Outras Receitas Patrimoniais		-	-				
Transferências Correntes		41.881.000,00	17.317.462,43				
Cota-Parte do FPM		18.100.000,00	6.399.899,29				
Cota-Parte do ICMS		2.400.000,00	786.199,33				
Cota-Parte do IPVA		320.000,00	77.629,71				
Cota-Parte do ITR		4.000,00	181,79				
Transferências de L.C. nº 7/1996		4.000,00	-				
Transferências da L.C. nº 1/1993		24.000,00	6.130,90				
Transferências do FPM/2000		10.000.000,00	5.695.199,47				
Outras Transferências Correntes		9.627.000,00	2.216.094,03				
Demais Receitas Correntes		646.000,00	486,64				
Outras Receitas Financeiras (III)		20.000,00	907,04				
Receitas Financeiras		424.000,00	424.000,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I) + (II) + (III)		46.995.000,00	15.874.687,97				
RECEITAS DE CAPITAL (V)		902.000,00	29.194,00				
Alocação de Bens		252.000,00	-				
Receitas de Alienação de Bens		-	-				
Receitas de Alienação de Bens		-	-				
Transferências de Capital		252.000,00	29.194,00				
Credores		420.000,00	29.194,00				
Outras Transferências de Capital		200.000,00	-				
Outras Receitas de Capital Não Financeiras (X)		-	-				
Outras Receitas de Capital Financeiras		-	-				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (V) + (VI) + (VII) + (X) + (XI)		902.000,00	29.194,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (VII) = (IV) + (VI) + (XII)		47.897.000,00	15.903.799,97				
DESPESAS PRIMÁRIAS		DESPESAS ATUALIZADAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RENTOS A PAGAR NAS PRECATORIAS	
DESPESAS CORRENTES (VIII)		43.296.946,66	26.361.663,88	13.817.663,37	13.820.812,87	492.637,19	
Pessoal e Encargos Sociais		26.922.000,00	11.874.694,49	9.701.227,26	9.701.227,26	492.637,19	
Aluguel e Energia		1.000,00	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		16.373.946,66	6.429.889,28	5.116.337,81	4.922.584,31	-	
Despesas Correntes		16.373.946,66	6.429.889,28	5.116.337,81	4.922.584,31	-	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IX) = (VIII) - (XIII) - (XIV)		43.296.946,66	26.361.663,88	13.817.663,37	13.820.812,87	492.637,19	
DESPESAS DE CAPITAL (XV)		4.653.855,34	1.422.918,79	1.057.583,99	882.878,20	-	
Investimentos		3.322.000,00	807.082,67	620.595,99	424.000,00	-	
Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVI)		-	-	-	-	-	
Aquisição de Títulos de Capital de Longo Prazo (XVII)		-	-	-	-	-	
Aquisição de Títulos de Capital de Curto Prazo (XVIII)		-	-	-	-	-	
Outras Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	
Amortização de Dívidas (XIX)		1.331.000,00	615.826,12	427.987,99	427.987,99	-	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XX) = (XV) - (XVI) - (XVII) - (XVIII) - (XIX)		3.322.000,00	807.082,67	620.595,99	424.000,00	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXI)		50.000,00	-	-	-	-	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXII) = (IX) + (XX) + (XXI)		46.000.000,00	27.111.546,65	14.445.249,36	14.000.000,26	492.637,19	
RESULTADO PRIMÁRIO - Ativo de Lâmina (XXIII) = (VII) - (XXII) + (XXIV) - (XXV)		-	-	-	-	1.376.294,21	
MUTA FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		-	-	-	-	-	
Muta Fiscal no Ativo da Muta Fiscal da LDO para o exercício de referência		-	-	-	-	2.238.773,00	
JORNAL NOMINAL		Até o Bimestre 2021					
Jornal Encargos e Variações Monetárias Ativas (XXVI)		-	-	-	-	11.162,90	
Jornal Encargos e Variações Monetárias Passivas (XXVII)		-	-	-	-	-	
RESULTADO NOMINAL - Ativo de Lâmina (XXVIII) = (XXIII) + (XXVI) - (XXVII)		-	-	-	-	1.387.457,11	
MUTA FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		-	-	-	-	-	
Muta Fiscal no Ativo da Muta Fiscal da LDO para o exercício de referência		-	-	-	-	3.916.267,00	
ABATOS DA LÊXIA		Até o Bimestre 2021					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Saldo		Até o Bimestre 2021			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXIX)		27.946.313,06		27.491.832,06			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXX)		-		-			
Disponibilidade de Caixa		1.786.111,17		1.786.111,17			
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.191.678,20		6.191.678,20			
(-) Rendas e Pagos Previdenciários (XXXI)		-		-			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXII) = (XXXI) - (XXXII)		27.946.313,06		27.491.832,06			
RESULTADO NOMINAL - Abatido de Lâmina (XXXIII) = (XXVIII) - (XXXII)		-		-			
AJUSTE METEOROLÓGICO		Até o Bimestre 2021					
VARIAÇÃO SALDO RPP - (XXXIV) = (XXXIII) - (XXXIV)		492.637,19					
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (X)		-					
PAGAMENTOS RECORRIDOS NA SIC (XXXV)		-					
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXVI)		-					
PAGAMENTOS DE PRECATORIOS RECORRIDOS DA SIC (XXXVII)		-					
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVIII)		-					
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS		-					
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abatido de Lâmina (XXXIX) = (XXXIII) - (XXXIV) - (X) - (XXXV) - (XXXVI) - (XXXVII) - (XXXVIII) - (XXXIX)		-492.637,19					
RESULTADO PRIMÁRIO - Abatido de Lâmina (XL) = (XXXIII) - (XXXIV) - (X) - (XXXV) - (XXXVI) - (XXXVII) - (XXXVIII) - (XXXIX)		-492.637,19					
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-					
Receitas Antecipadas em Exercícios Anteriores - RPPS		-					
Receitas Antecipadas em Exercícios Anteriores - RPPS		-					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		-					

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Téc. Supl. Contábil
CPF: 043.409.400-40

TERESA MARIA MACHADO DOS REIS
Téc. Supl. Contábil
CPF: 043.409.400-40

ADRIANO ROBERTO DA SILVA
Téc. Supl. Contábil
CPF: 043.409.400-40

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Versão eletrônica disponível em: <http://doem.org.br/ba/cipo>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 | Ano 10
28 de maio de 2021
Página 14



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2º BIMESTRE 2021

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)													Em reais
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2020				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2020					(f)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)							L = (e+k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	3.872.698,20	2.318.980,00	492.637,19	-	5.699.041,01	3.407.343,37	-	-	-	-	3.407.343,37	9.106.384,38	
PODER EXECUTIVO	3.872.698,20	2.318.980,00	492.637,19	-	5.699.041,01	3.407.343,37	-	-	-	-	3.407.343,37	9.106.384,38	
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CÂMARA MUNICIPAL DE CIPÓ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tribunal de Contas do Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	3.872.698,20	2.318.980,00	492.637,19	-	5.699.041,01	3.407.343,37	-	-	-	-	3.407.343,37	9.106.384,38	

JOSÉ MARGUES DOS REIS
Prefeito Municipal
CPF: 444.309.495-49

TEREZINHA MOREIRA DOS REIS
Secretária da Fazenda
CPF: 193.670.855-00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Controlador(a)
Resp. Prof.: 036855/O-9



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MEIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2º BIMESTRE 2001

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 16

DEMONSTRATIVO GERAL PARA CONTROLE					
RECEITAS ACRESCIDAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)			
30 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM (INCLUIENDO O SUBVENÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		1.176.000,00			111.600,00
31.1 Salário-Educação		1.160.000,00			111.600,00
31.2 FPMR		16.000,00			-
31.3 FPMR		167.000,00			61.174,00
31.4 FPMR		499.000,00			87.814,00
31.5 Outras Transferências do FPMR		50.000,00			-
36 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		-			-
37 RECEITA DE REVENHIMENTO DA APLICAÇÃO		-			-
38 RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO VINCULADA À EDUCAÇÃO		-			-
39 OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		-			-
40 TOTAL DAS RECEITAS ACRESCADAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (30 + 31 + 36 + 37 + 38 + 39)		1.626.000,00			161.600,00
DESPESAS CANCELADAS COM RECEITAS ACRESCADAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DESPESAS ATRASADAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	ENCARGOS EM RESTO A PAGAR NÃO PROVISORIOS
(Por Área de Atuação)	(R\$)	Até o Bimestre (R\$)	Até o Bimestre (R\$)	Até o Bimestre (R\$)	(R\$)
41 EDUCAÇÃO INFANTIL	116.000,00	75.000,00	-	-	75.000,00
41.1 Creche	116.000,00	75.000,00	-	-	75.000,00
41.2 Pré-escola	13.000,00	-	-	-	-
42 ENSINO FUNDAMENTAL	1.480.000,00	128.730,00	281.430,00	281.430,00	47.200,00
42.1 Ensino Médio	-	-	-	-	-
42.2 Ensino Superior	-	-	-	-	-
42.3 Ensino Profissional, Não Integrado ao Ensino Regular	-	-	-	-	-
43 TOTAL DAS DESPESAS CANCELADAS COM RECEITAS ACRESCADAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	1.626.000,00	492.230,00	281.430,00	281.430,00	122.200,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DESPESAS ATRASADAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	ENCARGOS EM RESTO A PAGAR NÃO PROVISORIOS
(R\$)	(R\$)	Até o Bimestre (R\$)	Até o Bimestre (R\$)	Até o Bimestre (R\$)	(R\$)
46 TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	492.230,00	7.062.237,00	6.860.790,00	6.788.104,00	148.696,00
47.1 Despesas Correntes	-	-	-	-	-
47.1.1 Pessoal Administrativo	-	-	-	-	-
47.1.2 Pessoal Docente	-	-	-	-	-
47.1.3 Transferências de Instituições Constituintes, Contribuintes ou Beneficiárias das Instituições	-	-	-	-	-
47.1.4 Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
47.2 Despesas de Capital	-	-	-	-	-
47.2.1 Transferências de Instituições Constituintes, Contribuintes ou Beneficiárias das Instituições	-	-	-	-	-
47.2.2 Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FINANÇAS	SALDO BANCÁRIO			
(R\$)	(R\$)	(R\$)			
48 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.800,00				400,00
49 (+) INCRÉSCIMOS DE RECEITAS (ATE O BIMESTRE) (apresentado o mesmo a pagar)	5.096.074,00				111.600,00
50 (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (apresentado o mesmo a pagar)	5.114.947,00				16.800,00
51 (+) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	381.927,00				135.390,00
52 (+) ADIANTOS POSITIVOS, RESERVAÇÃO E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS	142.870,00				-
53 (+) ADIANTOS NEGATIVOS, OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-				-
54 (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	927.600,00				135.390,00

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Secretaria de Educação

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Secretaria de Educação

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Secretaria de Educação



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2014

[illegible]





DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de Cipó

Edição 1.176 / Ano 10
28 de maio de 2021
Página 20



MUNICÍPIO DE CIPÓ - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2º BIMESTRE 2021

RECEITA - Anexo 14 (R.R.F. Art. 40)		Em R\$ mil	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			48.000.000,00
Previsão Atualizada			48.000.000,00
Receitas Realizadas			15.916.974,47
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO			-
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			-
DESPESAS			
Dotação Inicial			48.000.000,00
Dotação Atualizada			48.000.000,00
Despesas Empenhadas			21.797.374,67
Despesas Liquidadas			14.875.151,36
Despesas Pagas			14.508.899,27
Superávit Orçamentário			1.081.825,51
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			21.797.374,67
Despesas Liquidadas			14.875.151,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			47.484.551,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			47.484.551,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			47.484.551,26
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Receitas e Pagamentos (R.P.) DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Receitas Por Contribuições Realizadas			
Despesas Previdenciárias Empenhadas			
Despesas Previdenciárias Liquidadas			
Resultados Previdenciários			
Pagamentos em Regime (R.P.) DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Receitas Previdenciárias Realizadas			
Despesas Previdenciárias Empenhadas			
Despesas Previdenciárias Liquidadas			
Resultados Previdenciários			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Saldo Final no Anexo de Muta- ção do LDO	Resultados Aparentes Até o Bimestre
		(R\$)	(R\$)
Resultado Primário - Ativos do Limite		2.238.779,00	1.330.294,52
Resultado Nominal - Ativos do Limite		-3.916.287,00	1.343.437,42
RENTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento
		Até o Bimestre	Até o Bimestre
RENTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		6.191.678,20	-
Poder Executivo		6.191.678,20	-
Poder Legislativo		-	-
Poder Judiciário		-	-
Ministério Público		-	-
Defensoria Pública		-	-
Poder Judiciário		-	-
Ministério Público		-	-
RENTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		3.407.343,37	-
Poder Executivo		3.407.343,37	-
Poder Legislativo		-	-
Poder Judiciário		-	-
Ministério Público		-	-
Defensoria Pública		-	-
Poder Judiciário		-	-
Ministério Público		-	-
TÍTULOS		9.599.021,57	-
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Aparente Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 10% (10%) das Receitas de Inscricoes no Ministério e Desenvolvimento do Ensino		2.116.881,09	25%
Mínimo Anual de 50% do FUNDEF na Remuneração dos Profissionais de Educação Básica		4.096.871,57	70%
Mínimo de 50% da Complementação de Salário do FUNDEF (FUNDEF) na Educação Infantil		-	50%
Mínimo de 10% da Complementação de Salário do FUNDEF (FUNDEF) no Ensino de Capital		-	15%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Aparente no Exercício	Saldo em Realização
Receita de Operações de Crédito		-	-
Despesa de Capital Líquida		-	-
PROJEÇÃO ATUALIZADA DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	1ºº Exercício
Plano Previdenciário			
Receitas Previdenciárias			
Despesas Previdenciárias			
Resultados Previdenciários			
Plano Previdenciário			
Receitas Previdenciárias			
Despesas Previdenciárias			
Resultados Previdenciários			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Aparente no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos		-	-
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		-	-
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Aparente Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.500.095,51	15%
DESPESAS DE CAPITAL COM OBRAS, MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA		Valor Aparente no Exercício/Exercícios	Saldo em Realização
Total das Despesas Constituídas para o Estado (RCL - 1%)		-	-

JOÃO MARQUES DOS REIS
Secretário Municipal
CPF: 144.200.000-40

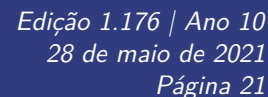
VALERIA MOURA DOS REIS
Suplente do Secretário
CPF: 111.000.000-00

ADRIANO PUGNAC DOS REIS
Suplente do Secretário
CPF: 111.000.000-00

Certificação Digital: SLVRCILQ-9EGQKBLM-WKITYZIJ-CA2UHOH6

Versão eletrônica disponível em: <http://doem.org.br/ba/cipo>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



RESPOSTAS	NOTAÇÃO INICIAL	NOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O RENDITEIRO	DIFERENÇA EM RESTRITAÇÃO PAGAMENTO PROCESSADOS
			R\$			R\$				
			R\$	R\$		R\$	R\$			
DESPESAS (X) = (Y) + (Z) + (W) + (V) + (U) + (T)	48.000.000,00	48.000.000,00	7.810.405,43	21.797.374,67	26.242.625,33	8.897.390,36	14.871.151,36	33.124.649,64	14.808.490,27	0,00
DESPESAS CORRENTES	43.099.000,00	43.206.944,68	6.286.212,91	20.364.648,08	22.992.406,78	8.152.014,14	13.817.502,14	29.479.729,77	14.230.218,87	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.222.000,00	-	-	-	-	8.712.722,56	11.237.000,00	-	-
JORNAL E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	-	6.086.191,52	-	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.999.000,00	16.973.944,68	-	8.429.208,58	-	34.165.000,00	1.157.337,59	11.999.000,00	4.025.845,81	-
DESPESAS DE CAPITAL	4.900.000,00	4.603.055,32	990.879,52	1.452.519,79	3.200.144,05	706.828,22	1.057.000,00	3.995.845,81	862.278,40	0,00
INVESTIMENTOS	3.400.000,00	3.602.000,00	888.414,12	897.857,40	2.344.144,05	-	2.042.400,00	2.042.400,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	1.421.000,00	1.082.465,40	554.662,39	856.000,00	706.828,22	500.000,00	953.445,81	127.878,40	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	-	-	50.000,00	-	-	50.000,00	-	0,00
DESPESAS (Y) = (X) - (Z) - (W) - (V) - (U) - (T)	48.000.000,00	48.000.000,00	7.810.405,43	21.797.374,67	26.242.625,33	8.897.390,36	14.871.151,36	33.124.649,64	14.808.490,27	0,00
DESPESAS (Z) = (Y) - (X) - (W) - (V) - (U) - (T)	48.000.000,00	48.000.000,00	7.810.405,43	21.797.374,67	26.242.625,33	8.897.390,36	14.871.151,36	33.124.649,64	14.808.490,27	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (X) = (Y) + (Z) + (W) + (V) + (U) + (T)	48.000.000,00	48.000.000,00	7.810.405,43	21.797.374,67	26.242.625,33	8.897.390,36	14.871.151,36	33.124.649,64	14.808.490,27	0,00
SUPERÁVIT (X)U	-	-	-	-	-	-	-	1.841.823,51	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (X)U = (X) + (X)U	48.000.000,00	48.000.000,00	7.810.405,43	21.797.374,67	26.242.625,33	8.897.390,36	13.916.977,85	34.966.473,15	14.808.490,27	0,00

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Contador(a)
Barr. Delf - 03888-000



DECRETO



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO**

ENDEREÇO: PRAÇA JURACY MAGALHÃES S/N | **TEL:** (75) 3435-1023 | **CEP:** 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-MAIL:** gabinete@prefeituradecipo.com.br

DECRETO Nº 345/2021

“Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CIPÓ, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais conferidas no Artigo 6º da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, criado pela Lei nº 269, de 29 de março de 2021, Regimento Interno, Aprovado em sessão extraordinária de 27 de maio de 2021, o qual passa integrar esse decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cipó - Bahia, 28 de Maio de 2021.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal



REGIMENTO INTERNO

CACS FUNDEB

Conselho de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB

FUNDEB

**CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE CIPÓ/BA.**

Rua D. Pedro II, s/n

Cipó – Bahia

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
CIPÓ/BA.**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, criado pela Lei Municipal nº 269, de março de 2021.

§ 1º - O presente Regimento Interno visa orientar a conduta dos integrantes do Conselho, comprometidos com a verdade, honestidade, justiça, dignidade humana e respeito, elementos que devem presidir o relacionamento dos



Conselheiros entre si, com as autoridades públicas, com as organizações e com a população em geral.

§ 2º - Os Conselheiros devem pautar seu comportamento e ações por este Regimento, de modo a honrar a função de representação social do CACS - FUNDEB e tornarem-se exemplos a serem seguidos.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 2º - O CACS-FUNDEB é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Cipó/BA.

Art. 3º - Os Conselheiros, os quais representam a sociedade civil, funcionalismo e governo, são agentes públicos e o exercício dessa função exige ética compatível com os preceitos da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020 e da Lei Municipal nº 269, de 29 de março de 2021 e outras normas vigentes.

Art. 4º - São princípios éticos fundamentais norteadores do CACS -FUNDEB e seus Conselheiros:

- I. moralidade, integridade, honestidade e decoro;
- II. impessoalidade, imparcialidade, independência e objetividade;
- III. legalidade e transparência;
- IV. zelar pelo sigilo e pela segurança das informações;
- V. primar pela gestão democrática e pela efetividade do controle social das políticas públicas referentes ao FUNDEB.

Art. 5º - A função pública de Conselheiro deve ser entendida como de representação e de controle social do FUNDEB.

Art. 6º - O Conselheiro executará suas funções com respeito, disciplina, dedicação, cooperação e discrição, para alcançar os objetivos definidos pelo CACS -FUNDEB de Cipó/BA, observando cuidadosamente as normas legais disciplinadoras de toda matéria tratada.



Art. 7º - O Conselheiro deve cuidar pela observância dos princípios e diretrizes deste Regimento, no exercício de suas responsabilidades e deveres, zelar pela sua autonomia e independência.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I. Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB municipal;

II. Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III. Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V. Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB;

VI. Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII. Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente;

VIII. Observar a correta aplicação do mínimo de 70% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais de educação, especialmente em relação à



composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX. Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

X. Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado;

XI. Apresentar à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente;

XII. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infraestrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho;

XIII. Exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal;

XIV. Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

XV. Emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que devem ser disponibilizadas pelo Poder Executivo Municipal, as quais serão apresentadas ao Tribunal de Contas;

XVI. Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa de Apoio aos sistemas de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados e, ainda, notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;

XVII. Manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço se a legislação pertinentes ao FUNDEB;

XVIII. Contribuir para a manutenção do espaço do Conselho como esfera de debate, diálogo, etapa anterior ao momento da deliberação.



§ 1º - O parecer de que trata o inciso XV deste artigo deve ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

§ 2º - O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 3º - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 9º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o art. 3º da Lei Municipal nº 269, de março de 2021 e conforme o estabelecido no art. 34 da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020:

- a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- b) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;
- c) 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;
- d) 01 (um) representante dos servidores técnico -administrativos das escolas básicas públicas do Município;
- e) 02 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;
- f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
- g) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME;



h) 01 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, indicado por seus pares;

i) 02 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§ 1º - para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 2º - A escolha dos representantes dos professores, diretores, pais de alunos, servidores das escolas e sociedade civil, deve ser realizada pelos grupos organizados ou organizações de classe que representam esses segmentos, e comunicada ao Chefe do Poder Executivo para que, por ato oficial, os nomeie para o exercício das funções de Conselheiros.

§ 3º - Sempre que um conselheiro deixar de integrar o segmento que representa, deverá ser substituído por um novo representante eleito e indicado por sua categoria.

§ 4º - Ocorrendo a substituição de membro do Conselho, a nova nomeação deve ser incluída no sistema informatizado de "Cadastro dos Conselhos do FUNDEB", disponibilizado na internet, no endereço eletrônico www.fnnde.gov.br.

§ 5º - São impedidos de integrar o Conselho:

I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. Estudantes que não sejam emancipados; e



IV. Pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 6º - O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS - FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

§ 7º - A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 04 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 10. - É vedado ao Conselheiro:

- I. Atentar contra a ética, a moral e o decoro;
- II. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros Conselheiros;
- III. Ser conivente com erro ou infração a este Regimento;
- IV. Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, equipamento ou bem pertencente ao patrimônio público;
- V. Falsear deliberadamente a verdade ou basear-se na má-fé;
- VI. Divulgar as discussões realizadas no Conselho antes da decisão oficialmente publicada;
- VII. Alterar ou derrubar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;
- VIII. Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de suas atividades, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros;
- IX. Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público;
- X. Retardar qualquer decisão de competência do Conselho por retirar-lhe do plenário antes do horário.



CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Das reuniões

Art. 11. - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas bimestralmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 12. - As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§ 1º - A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

§ 2º - Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quórum.

§ 3º - As reuniões poderão ser realizadas através de plataforma digital.

Seção II

Da ordem dos trabalhos e das discussões

Art. 13. - As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II. Comunicação da Presidência;
- III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
- IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;
- V. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Seção III Das decisões e votações



Art. 14. - As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 15. - Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 16. - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Art. 17. - Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º - Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º - A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

Seção IV

Da presidência e suas competências

Art. 18. - O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 19. - Compete ao presidente do Conselho:

- I. Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- III. Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;
- IV. Dirimir as questões de ordem;
- V. Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- VI. Aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;



VII. Representar o Conselho em juízo ou fora dele.

Seção V

Da secretaria e suas competências

Art. 20. - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB terá uma secretaria geral diretamente subordinada à Presidência, com a finalidade de prover o órgão de apoio administrativo necessário à execução de suas atividades.

Art. 21. - Compete ao responsável pela Secretaria:

- I. Assessorar o Presidente em assuntos pertinentes à Secretaria;
- II. Secretariar as reuniões plenárias e executar as tarefas exigidas por esta função;
- III. Coordenar, controlar e executar os serviços de correspondência, digitação, protocolo, registros de expediente, arquivo, biblioteca e outros inerentes à sua função;
- IV. Convocar, por ordem do Presidente, com antecedência de 48 horas, salvo casos de emergência, os membros do Conselho;
- V. Estabelecer contatos com órgãos de administração direta ou indireta, fundações, particulares e público em geral;
- VI. Encaminhar para publicação e divulgação os atos normativos, notas e informações do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB;
- VII. Encaminhar os expedientes à apreciação do Conselho;
- VIII. Exercer outras atividades que lhe forem solicitadas pela Presidência.

Seção VI

Dos membros do Conselho e suas competências



Art. 22 - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB, de acordo com o artigo 11 da Lei nº 269, de 29 de março de 2021:

- I. Não será remunerada;
- II. É considerada atividade de relevante interesse social;
- III. Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e
- IV. Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
 - a) Exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
 - b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e
 - c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 23. - Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 24. - Compete aos membros do Conselho:

- I. comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. participar das reuniões do Conselho;
- III. estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV. sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
- V. exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 25. - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS/FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo, a Presidência será ocupada pelo Vice - Presidente.

Art. 26. - Este Regimento deve ser de conhecimento de todos os integrantes do CACS/FUNDEB do Município Cipó.

Art. 27. - As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 28. - Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 29. - Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 30. - O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 31. - O Conselho, sempre que julgar conveniente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do FUNDEB, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 32. - Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

Art. 33. - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.



Art. 34. - Este regimento entra em vigor em 20 de maio de 2021, data de sua aprovação.

Art. 35. - O presente Regimento será, para efeitos legais, aprovado por Decreto Executivo, do qual fará parte integrante.

Art. 36. - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Cipó - BA, maio de 2021.

Patrícia Jessica dos Santos
PATRICIA JESSICA DOS SANTOS

Presidente do Conselho do FUNDEB CACS